



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A PROSTITUIÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA NAS COMUNIDADES PISCATÓRIAS DO PARÁ-BRASIL

Christine Escallier

Etnoantropóloga

Universidade da Madeira-Portugal

CRIA-Centro em Rede de Investigação em Antropologia-Lisboa

chrisesc@uma.pt

A sobrevivência nas comunidades pesqueiras é uma luta diária. Em terra, as mulheres assumem a dura tarefa de prover alimentos e renda, na ausência dos homens embarcados. Elas devem, pois, encontrar os meios de subsistência, estabelecendo estratégias diversas. Uma das estratégias é a prostituição.

Este artigo pretende descrever as condições de vida das comunidades piscatórias da Zona do Salgado paraense¹ e explicar o contexto socioeconómico que levam as mulheres a utilizar o seu corpo como mercadoria.

As condições económicas da profissão de pescador-artesão são aleatórias. Na maior parte das comunidades que vivem na região do Salgado, o emprego dos homens faz-se sem contrato de trabalho. Com o sistema de remuneração “à parte”, que não garante um rendimento fixo, os pescadores e a sua família vivem de empréstimos e créditos. Quando os homens embarcam, o armador fornece às esposas uma soma em dinheiro que ele considera equivalente à metade da parte que o pescador é sensato ganhar. Para uma campanha de vinte e um dias, as esposas dos redeiros recebem em volta de vinte a trinta reais²:

¹ As investigações foram realizadas em Vigia, São Caetano de Odiveelas, Marudá, Colares, Marapanim, Pererá.

² Na época do inquérito um real valia 0,58 €; o salário mínimo brasileiro valia 67 reais/meses.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

O meu marido (...) deixa-me sozinha durante três semanas com três crianças. Compro para vinte reais de farinha de mandioca, açúcar, café, leite, um quilo de feijão, arroz. Faço algumas reservas. Com o resto, compro um pouco todos os dias produtos frescos: um peixe, uma galinha...
(Vilma, 22 anos, Vigia)

Em todos os casos estudados nesta zona de manguezais, o saldo do lucro revela-se sempre inferior à soma avançada:

O meu marido trabalhou vários dias. Saía de lá de madrugada e voltava à noite. No fim da semana, após ter deduzido as despesas da canoa e ter vendido o peixe, então, ele tirou nada deste trabalho; apenas cinquenta cêntimos. Foi corajoso. Tirou quase trezentos quilos de peixes; um real por quilo; menos as despesas e o empréstimo, restava-lhe apenas a metade de um real. Um quilo de farinha custa um real! (Risoleida, 27 anos, Vigia)

Quando o empréstimo é superior ao lucro, o pescador-devedor está obrigado a trabalhar de novo com o mesmo armador. Encontra-se, então, numa engrenagem da qual é difícil escapar.

O sistema do crédito é uma prática generalizada nas comunidades piscatórias por falta de rendimento regular. Que se trata de pesca com rede, aparelho de anzol e ainda mais de curral (armadilha feita de estacas fincadas na areia e redes), os resultados diários são medíocres. Mesmo quando a pesca concerne pelágicos concentrados, as marés são relativamente fracas em relação ao número de dias passado no mar:

Ontem o meu marido pescou dois quilos de peixes. Partiu à oito horas e regressou pelas cinco horas (da tarde). Vendemos um quilo e comemos o outro mas, às vezes, ele traz nada. Com o dinheiro da venda, comprei um quilo de farinha e sobrou a metade de um real. Vende-se um pouco de peixe, um dia para comprar a farinha, o dia seguinte para comprar pão. (Lúcia, 32 anos, Vigia)

Cada dia as mulheres devem comprar os produtos básicos da sua alimentação. As esposas de pescadores podem adquirir estas mercadorias ao crédito numa mercearia da aldeia escolhida pelo armador. Os comerciantes aumentam então os seus preços de 10



por cento, outros até 20 por cento e entendem-se seguidamente com o armador para dividir os benefícios:

Quando o pescador regressa, o proprietário da mercearia apresenta a factura ao armador. Estão em conluio. Esta factura é muito elevada. O armador vai, então, deduzir a soma devida da parte que ganhou o pescador. Entretanto, houve um acordo entre os dois indivíduos para se repartir o dinheiro subtraído. (Otávio, São Caetano de Odivelas, funcionário no IBAMA³)

Assim o armador recupera uma parte do lucro dos pescadores empregados: :

Há uma outra prática para tornar as pessoas ainda mais dependentes. O comerciante faz as suas contas numa caderneta, como também a sua cliente. Ele inscreve sobre a caderneta da mulher um quilo de farinha mas não marca o preço. Após um mês ou dois, ele pode estabelecer as tarifas que quer. Não temos o controlo. O comerciante pode dizer, entretanto, que os preços aumentaram. As mulheres não têm dinheiro e não podem arranjar os alimentos num noutro sítio. Os pescadores encontram-se num círculo vicioso de dívidas e dependência com o armador. É uma verdadeira máfia em Vigia. (Afonso, Vigia, Responsável de IBAMA)

Os pescadores e as esposas dizem que são “prisoneiros”, “escravos” dos armadores e comerciantes, porque vivem de acordo com um sistema que os obriga permanentemente. Todos membros da comunidade têm recurso ao crédito mas as mulheres de agricultor ou carpinteiro escolhem livremente o seu merceeiro e quem lhes fará empréstimo.

Sobreviver: uma luta quotidiana

A sobrevivência destas comunidades piscatórias é um difícil e perpétuo combate e as mulheres têm a árdua tarefa de paliar a ausência de dinheiro e alimentos. Na imperiosa necessidade de se procurar o indispensável, estas desenvolveram diferentes estratégias e exercem numerosas actividades de produção e de comércio - sempre

³ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

informais - porque as mulheres de pescadores são confrontadas com as proibições sociais, imobilismo das ideias e poder abusivo dos homens que as mantêm no silêncio e na invisibilidade, proibindo-lhes, portanto, exercer um emprego regular e assalariado que as levam a “sair” do seu espaço doméstico. As poucas mulheres escapando nestas proibições estão empregadas nas câmaras municipais nas aldeias da região mas a maior parte vive também em aldeias palustres construídas à orla do manguezal e distante dos municípios. Contudo, estas correm o risco de perder o seu emprego a qualquer momento. Desagradam o presidente da câmara municipal, e ficam despedidas sem pré-aviso nem compensação:

Isso aconteceu a minha mãe. O presidente da câmara deve-lhe dois meses de salário mas diz que não tem dinheiro neste momento e deve esperar. Ela não pode fazer nada contra ele, senão a situação ficaria pior. (Telma, 28 anos, São Caetano de Odivelas)

Gerindo mal os seus orçamentos, alguns eleitos despedem o pessoal da câmara sem pagar os seus salários quando não é, ainda mais, simplesmente uma manobra para favorecer a contratação de uma terceira: “Trabalhei 8 meses à prefeitura de São Caetano como empregada de limpeza. Um novo prefeito chegou. Fui despedida para pôr ao meu lugar alguém que conhecia.” (Telma, 28 anos, São Caetano de Odivelas)

Numerosos testemunhos de abusos foram recolhidos durante o estudo. Indivíduos sem escrúpulo, conscientes da miséria das mulheres das comunidades marítimas, montam uns negócios tendo por finalidade empregar a mão-de-obra feminina local, com salários baixíssimos, e enriquecer-se à custa delas. Em São Caetano de Odivelas, houve um tempo as mulheres esperaram encontrar empregos num negócio implantado na cidade. Tratava-se de uma criação de frangos que empregava sete pessoas para abate de aves:

Os proprietários - um casal - vieram de uma outra região e instalaram uma criação (galinhas). Começamos a trabalhar em Julho de 1994. Éramos sete. Três dias por semana, de 8 para 14 horas. Para seis horas de trabalho, recebíamos 5 reais. Acontecia, frequentemente, que não nos pagassem. Davam-nos, então, 10 ovos para o dia de trabalho - 10 ovos! Tinha, em casa, sete bocas para alimentar e nenhum dinheiro para comprar farinha.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Aquilo durou até Dezembro de 1995. Fecharam, venderem tudo e foram embora com muito dinheiro. E nós, sempre continuávamos pobres. A gente sabe isso. Então, aproveite-se das pessoas pobres! (Telma, 28 anos, São Caetano de Odivelas)

A « outra » estratégia

As condições de vida que as circunstâncias impõem às mulheres de pescadores, o peso das relações do género que determina os valores sociais e define igualmente as regras da profissão, contribuem para a transparência social das mulheres. Sem estatuto, sem reconhecimento, estas são, oportunamente, forçadas à estratégias de sobrevivência sobre as quais é difícil recolher testemunhos. Contudo, após meses de terreno, não se pode ignorar que algumas delas recorrem à prostituição activa ou passiva.

Assim, os dias de mercado, as mulheres de pescador – as mais jovens – oferecerem-se para sexo com os pescadores, lá comerciando, em troca de um pouco de peixe: “Precisa ir no mercado municipal durante o dia; lá, as novinhas, vendem o seu corpo por um quilo de peixes. São as mulheres dos pescadores.” (Otávio, Vigia). Alguns armadores aproveitam da sua posição dominante de empregadores e credores para tirar vantagem das mulheres vindas mendigar dinheiro, para alimentar a sua família ou tratar um filho doente. Numerosos testemunhos confirmam que a chantagem sexual é exercida contra as mais jovens mulheres: “Acontece que o armador aproveita da situação quando a mulher de um pescador vem pedir um segundo empréstimo. Certos comerciantes fazem-no também e vão forçar as mais jovens.” (Rosa, 38 anos, São Caetano de Odivelas).

Das mulheres consideradas demasiadas idosas ou pouco atractivas, os homens exigem que elas mandassem, ao seu lugar, uma das suas filhas sob o falacioso pretexto de vir buscar o empréstimo ou alimentos pedido ao crédito. Algumas, constrangidas, aceitam este burlo e mandam as suas filhas para negociarem com o comerciante ou o armador usurário.

Outras mulheres embarcam para cozinhar durante as campanhas de pesca. Dada a duração média de três semanas das saídas, elas devem dormir a bordo. O rumor quer que elas venham das casas de prostituição de Vigia onde trabalham:



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

No bordel, estava lá sábado (...). Havia muita gente até 4 horas da manhã. Viu uma mulher chegando ao ponto de ter contacto sexual com 12 homens essa mesma noite. Em geral as prostitutas saem para meia-noite dos bordéis e vão para os cais. Encontram os pescadores e às vezes conseguem arranjar um emprego num a embarcação. Ainda que elas "trabalham" a bordo, além de cozinhar, é menos difícil navegar com uma tripulação de 4 homens de que trabalhar no bordel. (Alfonso, Vigia. IBAMA)

Esta afirmação que é de preferir o embarque do que a casa de prostituição foi confirmada por outros testemunhos, esta vez femininos. Esclarecem sobre o sentido prático da estratégia, reconhecendo sem rodeio “que é menos cansativo satisfazer 4 ou 5 pescadores, bem esgotados após um duro dia de pesca, do que uma dúzia em terra! ”. Contudo, isto não significa que o destino destas mulheres é mais invejável porque estão a mercê dos pescadores durante toda a maré; do objecto doméstico declarado, ao objecto sexual subentendido, as mulheres tornam-se escravos a bordo. Não têm outro recourse contra o mau tratamento, de que esperar o regresso em terra da tripulação ou o ataque frequente dos piratas que abordam as embarcações e matam as tripulações para roubar as redes.

Se estas prostitutas profissionais não são propriamente falando “esposas de pescador”, são contudo as suas filhas, sobrinhas, netas... De Vigia, ou das comunidades haliêuticas vizinhas, elas trabalham nessas casas com o mesmo objectivo: auxiliar à família.

Quando não há nem trabalho nem emprego, que durante meses nenhum armador vem bater à porta das tecedeiras para lhes oferecer tarefa, que os maridos desembarcam cada vez mais endividados e dependentes do dono, vender-se para um pouco de peixe, aceitar as solicitações e assédios sexuais de um devedor, ou ainda se tornar rapariga de uma casa de prostituição, são recursos assim como as estratégias de sobrevivência tradicionalmente observadas que são as pescas de sobrevivência ou a agricultura.

O Papel das crianças

Nesta economia familiar de equilíbrio precário, as crianças também têm um papel. As famílias são numerosas. As mulheres têm frequentemente mais de cinco crianças. Rapazes e raparigas realizam a sua parte de trabalho diário, tecendo, pescando, caçando



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

sozinhos ou com o pai, vendendo na rua o que a mãe cozinha. Mas a participação das raparigas é particularmente essencial na organização do grupo o que significa que muito cedo estas realizam numerosas tarefas domésticas: vigilância dos mais jovens, cuida da casa e da horta, exploração do campo (cultura da mandioca) e tecedura das redes. Esta responsabilidade, das actividades domésticas, dada às filhas libera as mães que podem então trabalhar no campo ou pescar: “A minha filha de 14 anos ajuda-me. Ela é a dona da casa desde pequena. É ela que cuida da casa e das crianças quando estou a pescar.” (Antônia, 34 anos, Marudá).

O papel económico e social fundamental das raparigas expõe-nas, mais do que os rapazes, aos riscos ligados ao seu sexo. A cerca de oito anos de idade, a maior parte delas abandona a aldeia para ir trabalhar para uma cidade grande, em geral Belém, como empregada:

Parei (a escola) para trabalhar - tinha 8 anos -, numa cozinha, na casa de estranhos. (Dinoraline, 46 anos, Vigia)

Os meus pais deixaram a sua quinta para vir aqui (Vigia). O meu pai tornou-se pescador. Tinha 7 anos. Aos 11 anos, fui trabalhar um ano em Belém, na casa de uma família. Após retornei aqui, seguidamente fui à Benevides (região metropolitana de Belém) durante 2 anos. Passei de uma casa para uma outra sem nunca conseguir estudar. Então, depois encontrei um homem e parei. Tinha 15 anos. (Vilma, 22 anos, Vigia)

Éramos 9 crianças e o meu pai deixou a minha mãe. Parei (a escola) para ajudar a minha família. (Ruth, 35 anos, Solo Nascente)

Separando-se das suas filhas, os pais economizam alimentos para os mais jovens. Trata-se, para as famílias, de uma estratégia entre outras imposta pelo número elevado de crianças e ausência de rendimento regular. Quanto às raparigas, em geral são asseguradas comer suficientemente na casa do empregador. Mas as condições gerais de contratação deixam supor a eventualidade de uma forma de prostituição infantil tacitamente aceite pelas partes. Num porto como Vigia, é por meio das relações sociais que os pais arranjam empregos para as suas filhas. Uma amiga ou uma vizinha sempre conhece alguém a procura de uma jovem doméstica. Nas aldeias de São Caetano de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Odivelas e Marudá, lugares de veraneio, são os residentes que procuram, junto das famílias, as meninas:

Em geral um casal repara uma criança que está a passear na rua ou vender croquetes na praia. O casal interroga-lhe. Se estiver de acordo para ir em Belém seguidamente eles vão à casa dela para obter a autorização dos pais. E o casal vai-se embora com a moça. Esta vai então viver lá durante algumas semanas, até mesmo meses. Depende (...) (Maria, Marudá)

À pergunta incessantemente levantada sobre o que poderia acontecer às raparigas quando se encontram sozinhas numa casa desconhecida, a muitas horas de caminho da sua aldeia, e sem dinheiro para comprar uma passagem de autocarro, à mercê das eventuais exigências sexuais dos donos, as respostas subentendem que se trata de um risco que os pais aceitam correr na perspectiva de ver a sua filha, no melhor dos casos, alimentadas, domiciliadas, vestidas e educadas - os donos sempre prometendo mandar a criança para escola - contraparte de serviços prestados.

A atracção de uma formação escolar, que não receberam os pais, é o objectivo supremo que se fixa muitas mães, procurando oferecer às suas filhas uma vida melhor, levantando a sua condição social. E para aquilo é subentendido que o seu futuro depende das concessões, e mesmo dos sacrifícios oferecidos.

De resto, raras são as mães que dizem “ter medo” para as suas filhas. Esta “inocência”, bem a propósito, ligada à ignorância dos seres, que se acrescenta igualmente à recusa de saber, favorece uma prática assimilável à prostituição de crianças, até mesmo à escravidão. Pois, das que retornam para a aldeia, após ter vivido diversas experiências às vezes traumatizantes, raras são as que podem pretender voltar diplomadas. Para anos de serviço não remunerados, estas têm direito no máximo à uma formação a nível do primário enquanto que as jovens raparigas interrogadas sonhavam ir para o liceu, até mesmo para a universidade.

Quanto às outras, elas acabam por desaparecer na torrente dos anónimos da capital. Um estudo adequado permitiria certamente estabelecer uma percentagem de sucesso destas raparigas de pescador enviadas como empregada, e o das destinadas aos caminhos de travessa, que terminaram na prostituição em vez de retornar na sua aldeia onde devem reproduzir o modelo imposto pela sociedade masculina e, como a sua mãe,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

viver submetidas às leis do gênero, na incerteza, a precariedade e a ansiedade do dia seguinte.

A prostituição é um fenómeno humano universal mas existem vários tipos de contratos sexuais (formais/informais). Vender o seu corpo em troca de dinheiro ou oferecer favores sexuais em troca de serviços (peixe, café, açúcar... alimentar, vestir, educar...) são formas diversas de explorações sexuais, decorrendo das necessidades de dar resposta adequada a um problema específico e casual. Assim, estudar a história das comunidades, os percursos familiares e projectos de vida, permite descobrir as raízes do fenómeno local. As condições de vida, a invisibilidade social, o não reconhecimento dos direitos legais das mulheres - nomeadamente o seu estatuto de pescadora e os benefícios sociais inerentes (direito negado pelos próprios pescadores) -, mantêm as mulheres na beira da miséria. Esta violência social infligida destina-as à cruel realidade da prostituição. Na zona do Salgado, esta prática não é uma profissão mas sim um meio de sobrevivência, um último recurso.

Christine Escallier



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Bibliografia

ESCALLIER, C., MANESCHY, C. Encontro de mulheres na pesca reuniu mais de 100 mulheres em Vigia. In: *Boletim Taras*, GEPEM (Grupo de Estudos e Pesquisas "Eneida de Moraes;), Universidade federal do Estado do Pará, Belém-Brasil, Janeiro-Março 1996, ano I, n.º 4, 1996, p. 5.

ESCALLIER, C.; MANESCHY, M.C. Mulheres na Pesca Artesanal: no Pará: percepção e estatuto. In: *Boletim Rede Amazônia*, Rio de Janeiro, Vol. 3, n.º 1, 2004, p. 77-84.

ESCALLIER, C. Sem a ajuda de uma mulher um pescador não pode exercer a sua profissão. In: *O Pescador*, ano IV, n.º 37, Março 1996, p. 5.

MANESCHY, M.C.; ESCALLIER, C. Parceiras de terra: o trabalho das mulheres na pesca em Vigia, litoral do Pará. In: Furtado; Helena Doris Quaresma. (org.). *Gente e ambiente no mundo da pesca artesanal*, 1 ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, v. 1, 2002, p. 57-89.